



# Notários obrigados a dar 10% dos honorários para ajudar mais pobres

**Tribunal.** Grupo de 121 dos 350 profissionais já entregou uma ação para a destituição do bastonário João Maia Rodrigues. Em causa a obrigação de suportar custos do apoio judicial

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Os notários portugueses querem a destituição do bastonário João Maia Rodrigues, eleito em novembro de 2011. Para isso entregaram na semana passada no Tribunal Administrativo de Lisboa uma ação judicial para que o líder dos 350 profissionais seja demitido e sejam marcadas novas eleições. O mandato do atual bastonário termina, oficialmente, apenas em 2017. Em causa uma deliberação do Ministério da Justiça (MJ) de março deste ano que resultou de um acordo com a atual direção da ON que define que os notários passem a atribuir 10% dos seus honorários para suportar o apoio judiciário em processos de inventário.

O apoio judiciário só é atribuído pelo Estado a pessoas que comprovadamente não possuam rendimentos que lhes permitam pagar serviços jurídicos ou notariais, incluindo estes de inventário. A percentagem desses honorários que os notários recebem passa a ser canalizada para um fundo para suportar as despesas dos mais carenciados.

Agora, o grupo de notários, cuja defesa está a cargo do advogado Rogério Alves, defende que esta medida "consubstancia, analogicamente falando, o mesmo que colocar os médicos a pagar diretamente do seu bolso, com 10% dos seus rendimentos, o acesso integral ao sistema nacional de saúde, ou os professores a suportarem o sistema de ensino", diz a argumentação dos 121 notários, a que o DN teve acesso.

Paralelamente a esta ação principal, o tribunal recebeu ainda um pedido de providência cautelar. "Precisamente, para salvaguardar o efeito útil de tal decisão, requerendo que os titulares dos órgãos destituídos, atendendo à vontade soberana dos notários, validamente manifestada por deliberação do seu órgão máximo, a Assembleia Geral, se abstenham de praticar todos e quaisquer atos que extravaquem a mera gestão", consta na argumentação jurídica apresentada.

## Assembleia controversa

Em maio deste ano foi convocada uma assembleia geral extraordinária, que contou com a presença de 230 dos 350 notários, dos quais



## João Maia Rodrigues é o quarto bastonário da Ordem

**ELEIÇÃO** João Maia Rodrigues é o quarto bastonário da Ordem dos Notários, uma organização recente que foi criada após a privatização do setor em 2004, depois de a liberalização ter sido iniciada em 1995. A eleição de Maia Rodrigues teve lugar em 2011, para

um primeiro mandato. Em 2015, foi reeleito para o cargo com um mandato até 2017. Apesar desta oposição crítica por muitos dos associados, o bastonário pretende manter-se em funções e seguir com o trabalho a que se propôs.

121 votaram a favor da destituição, 98 opuseram-se e 11 abstiveram-se.

"Esta reunião magna é ilegal", explica João Maia Rodrigues em declarações ao DN. E que assume que este grupo não é expressivo: "são 350 os notários que exercem a atividade profissional e apenas

Em maio, 121 notários votaram contra o bastonário, 98 a favor e 11 abstiveram-se

121 me querem fora do cargo. Não me parece que isto tenha viabilidade." Ou seja: apenas 35% dos notários querem ver João Maia Rodrigues fora da Ordem.

Segundo o grupo que está assumidamente contra o atual bastonário o erro nesta deliberação

está em "obrigar os notários a pagar 10% dos seus honorários nesses processos para suportar o apoio judiciário, tarefa esta que, recorde-se, constitucionalmente incumbe ao Estado e não a qualquer particular".

## Bastonário sente-se legitimado

Na altura da assembleia geral, a direção ON defendeu em comunicado que "estão legitimados a prosseguir o mandato que lhes foi confiado", apesar de, na última assembleia geral extraordinária, 121 dos 230 notários presentes terem votado a favor da destituição.

"Do ponto de vista legal, a destituição de qualquer órgão da Ordem dos Notários não pode ser entendida como uma deliberação de natureza semelhante às demais competências atribuídas à Assembleia Geral. Na verdade, a destituição de todos os membros de um órgão por outro reveste-se, de forma necessária,

de particularidades e excecionalidades não despidiendas", refere o comunicado.

## Privatização em 2004

O processo de privatização dos notários começou em janeiro de 2004 a cargo da ministra da Justiça da altura, Celeste Cardona. Um ano depois, em 2005, os notários privados entregaram ao Estado cerca de 50 milhões em IVA e IRS.

Nessa altura estavam entregues licenças a 543 notários, mais de 200 do que atualmente exercem a profissão que passou de pública a liberal. E 241 cessaram o vínculo com a administração pública.

Com a privatização, o Estado poupou logo na altura 25 milhões de euros em ordenados e instalações. Os notários praticam atos notariais como reconhecimentos, certidões, procurações, autenticações e inventários. A Ordem tem seis delegações regionais, incluindo as ilhas.



**JUSTIÇA**

# Notários obrigados a dar 10% dos honorários para ajudar os mais pobres

● Um grupo que inclui um terço dos notários portugueses quer a destituição do bastonário João Maia Rodrigues, que fez um acordo com o Ministério da Justiça definindo que uma fatia dos seus honorários seja entregue para suportar o apoio judiciário. **PORTUGAL PÁG. 19**